

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: um estudo da fundação de economia e estatística do Rio Grande do Sul – FEE – RS

Patrimonial education: a study of the foundation of economy and statistics of Rio Grande do Sul – FEE – RS

Fernando Oliveira da Silva

Júlio Cesar de Oliveira Santos

Luís Lander de Almeida Marques

Gilmar Ferreira de Moraes ¹

Resumo: O presente artigo resulta dos estudos reconhecidos em educação patrimonial, patrimônio e na historiografia existente sobre o prédio tombado da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE – RS, na perspectiva do desafio de construirmos uma nova atitude em favor da educação como um todo, pois a projeção do futuro se dará pelo quanto nossa memória possa ser preservada. Através de pesquisa documental, em um contexto de sociedade multifacetada, com pouca experiência democrática, experimentando ciclos de crises de várias etiologias, considerado ainda um país em desenvolvimento. Trabalharam-se os elementos que influenciaram e influenciam no resultado da Educação Patrimonial, propondo adicionar e fomentar, o debate acerca de um tema fundamental na escola de hoje, e que figura como direito fundamental de todas as pessoas, o acesso universal ao ensino, com qualidade. Como efeito, obteve-se uma panorâmica dos entraves, das dificuldades de todo o processo, resgatadas várias causas e oferecidos também motivos, para que busquemos diante das dificuldades, com mais dedicação e conhecimento esta mudança de percepções.

Palavras-chave: Patrimônio histórico. Educação patrimonial. FEE.

Abstract: The present article is a result of the studies recognized in patrimonial education, patrimony and the existing historiography about the listed building of the Foundation of Economy and Statistics of Rio Grande do Sul-FEE-RS, in the perspective of the challenge of constructing a new attitude in favor of education as a whole, because the projection of the future will take place as long as our memory can be preserved. Through documentary research, in a context of multifaceted society, with little democratic experience, experiencing cycles of crises of various etiologies, still considered a developing country. We worked on the elements that influenced and influence the result of Patrimonial Education, proposing to add and foster the debate about a fundamental theme in today's school, and which is a fundamental right of all people, universal access to education, with quality, as an effect, we obtained an overview of the obstacles, of the difficulties of the whole process, rescued several causes and also offered reasons, so that we seek in the face of difficulties, with more dedication and knowledge this change of perceptions.

Keywords: Historical patrimony. Patrimonial education. FEE.

Introdução

O tema da Educação Patrimonial é apresentado, explorando o conceito, a origem, a aplicação e, até mesmo, as contribuições de uma temática tão cara aos processos de conservação da memória, da cultura, da possibilidade de existirem elementos materiais e imateriais de pesquisa, valiosos na busca atual e futura da identidade de um povo. Tem-se como objetivo

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

sistematizar e analisar o conhecimento sobre a Educação Patrimonial no Brasil e comunicar e socializar os seus resultados.

A singularidade deste estudo reside no fato de contemplar a produção historiográfica, imagens e documentos do Prédio da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, tombado pelo patrimônio cultural de Porto Alegre. Para tanto, inicia-se a discussão pelos conceitos de patrimônio, depois a educação patrimonial e avança-se na forma e na aplicação pedagógica no ensino de História e, por fim, aborda-se o prédio da FEE, com sua historiografia e os motivos do seu enquadramento como patrimônio cultural.

Prédio da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, localizado na rua Duque de Caxias, número 1691, em uma das ruas mais tradicionais de Porto Alegre, segue a tradição de estar na proximidade do Palácio do Governo, Catedral Metropolitana e a casa de Júlio de Castilhos, atual museu, de mesmo nome. Casas que representavam a burguesia local, símbolo da riqueza e poder.

O prédio foi edificado em 1916, está entre as ruas Salustiano e termina na Praça Conde de Porto Alegre. Documentos de 1786 e 1787 a chamavam de Rua Formosa, Direita da Igreja e Rua da Igreja. Em 1880, passou a ter o nome que carrega até hoje, Rua Duque de Caxias. Foi calçada em 1869 e um bonde passou a circular em 1909. O documento que lavra a escritura de compra e venda, apresenta que foi adquirido pelo Estado do Rio Grande do Sul, depois de oito anos de locação, junto à família Machado (1935-1943) (FEE, 2016).

As características enunciadas pelo documento de 20 de abril de 1990, pela Equipe do Patrimônio Histórico Cultural, caracterizam o prédio como arquitetura eclética, interpretação de modelos neoclássicos, exemplo da arquitetura burguesa do início do século, o documento dava conta de integridade do imóvel, para aberturas, portas, forros, rodapés e roda forros.

Ao longo de seu uso, o prédio já sediou o Serviço Federal de Profilaxia das Doenças Venéreas do Rio Grande do Sul – 1936; a Dispensário Modelo do Serviço Antivenéreo – junho de 1939; o Departamento Estadual de Estatística – novembro 1939 a 1969; a Secretaria do Estado dos Negócios da Administração (DEE subordinada) – 1969 a 1972; a Superintendência de Estatística e Informática - 1972 a 1973, depois SUPLAG; atual FEE, a partir de novembro de 1973.

Em 1983, a FEE – RS faz um termo de compromisso pela preservação do prédio histórico e a construção de um novo edifício de oito andares atrás do prédio original, finalizado em 1987. Outra data importante foi a solicitação para o tombamento, em 14 de fevereiro de 1990. Tendo a confirmação pelo COMPAHC – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural – a efetivação do registro em 20 de abril de 1990.

A memória pode ser considerada como fonte da narrativa histórica. De acordo com Jacques Le Goff (2003), a memória possibilita a construção dos elementos simbólicos, os quais integram os grupos sociais. Nesse sentido, o patrimônio histórico, o qual é construído pelo homem em comunidade, passa a construir um conjunto de informações culturais, materiais e imateriais da passagem do homem ao longo da história.

Nessa direção, a Educação Patrimonial pode ser utilizada como metodologia de ensino, uma vez que possibilita um processo de aprendizagem do universo sociocultural do homem. O patrimônio, dessa forma, é um indicador da direção da história do homem ao longo do tempo, auxiliando na compreensão do seu passado e no entendimento do seu presente (HORTA, GRUMBERG, MONTEIRO, 1999).

Noções teóricas e conceituais sobre patrimônio e educação patrimonial

Machado (2004) apresenta que patrimônio é uma palavra originalmente latina, derivada de pater, uma ligação com herança paterna, ou aos bens materiais legados aos filhos. A aplicação de uma interpretação mais expandida remonta a Revolução Francesa, em que a figura do Estado-Nação estava ganhando força, e a herança torna-se social, é o Estado tutelando e protegendo estes bens que agora passam a ter *status* de patrimônio histórico, móveis ou imóveis, incluindo textos, museus e acervos.

Os Estados Nacionais consolidados fortaleceram tradições e a história comum de cada povo. Segundo Rodrigues (2001), a sobreposição do nacional sobre o regional e até mesmo o particular trouxe um processo de homogeneização, interferindo nas escolhas do que devia ou não, ser protegido e preservado, pois estes bens teriam obrigatoriamente referenciais nacionais e a serviço da afirmação do Estado.

Segundo Gonçalves (1996), patrimônio enquanto categoria envolve vários sentidos, é polissêmico e no mundo moderno tem três dimensões: categoria jurídica, política pública e ferramenta de comunicação social. Patrimônio um bem que porta valor. Para Gonçalves (1996), o patrimônio deve ser pensado historicamente, pois o valor muda ao longo do tempo, como: mediação entre mortos e vivos, deuses e homens.

Segundo Choi (2001), a unidade do povo cidadão se daria através da nacionalização dos bens tombados, o poder mágico do patrimônio, pois temos no artefato humano, natural, despolitizado, pois está investido de uma função memorial. Patrimônio, Estado e Valor juntam forças para originar uma crença valiosa de que a nação possui um passado comum, a composição do nacional e como atenuante sobre as diferenças.

No caso do Brasil, temos a mesmíssima estratégia, o patrimônio cultural, como formação discursiva de intelectuais dos anos 1920 e 1980, no princípio conviveu com a proteção do patrimônio de nossos colonizadores, sem deixar de representar uma boa narrativa da Nação. Nesse contexto, insere-se o prédio da FEE – RS, quando, então, no início do século XX vem por agregar valores artístico, histórico e cultural de uma sociedade porto-alegrense.

Já a noção de educação patrimonial, tradução do Heritage Education, surge no Brasil em meio à necessidade de soluções e discussões sobre este tema, em 1983, por ocasião do 1º Seminário sobre o “Uso educacional de museus e monumentos”, no Rio de Janeiro, no Museu Imperial de Petrópolis.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de processo educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural, e de todos os aspectos e frustração (HORTA, GRUMBERG, MONTEIRO, 1999, p. 6).

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação

entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA, GRUMBERG, MONTEIRO, 1999).

Machado (2004) nos remete à posição de ensino que nos encontramos, sem cultura de preservação sedimentada, longe do que podemos, pois, a cultura dominante da conta, de o que é velho, não contribui mais como deveria; por esta lógica, deve ser destruído e dar lugar ao novo. Neste processo, nossas raízes encontram-se sem ar, sem luz e a chance de estabelecer relações de pertencimento são rompidas. Perdemos memória e identidade, pois a ligação possível, da historicidade dos objetos, em sala de aula estimula propostas de reflexão. Em Ramos (2004, p. 24), é dito “[...] que não se trata de visitar o passado, e sim de animar estudos sobre o tempo pretérito, em relação ao que é vivido, no presente”.

Neste contexto de preocupações e propostas, cabe destacar o trabalho que é realizado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – autarquia do Governo Federal, que planeja o Patrimônio Histórico e artístico em todo, missão bem definida na preservação e promoção dos bens culturais. O IPHAN (2016), no exercício das suas funções, procura promover e implementar diversas formas de incentivo à cultura.

Dentro dessas ações, estão alguns objetivos: contribuir para facilitar a todos os meios para o livre acesso às fontes da cultura e ao pleno exercício dos direitos culturais; promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais; apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores; proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional; preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural brasileiro.

Entre esses objetivos, está caracterizado o Prédio da FEE – RS, interpretação de modelos neoclássicos, exemplos típicos da arquitetura burguesa do início do século e assim é considerado um marco de prosperidade e de poder de uma época.

A educação patrimonial e a preparação de professores

A formação de professores conta com um histórico, em que existe toda uma base legal, uma legislação específica, que predomina uma espécie de omissão do poder público quanto à formação dos professores e isso recai a todos os níveis de ensino. Na década de 1980, os discursos de esquerda que buscavam democratizar todos os níveis, inclusive a educação, que neste momento vivia com as teorias educacionais construtivistas, levaram o mundo acadêmico da época a um movimento de teorização da prática. Com estes princípios, a Constituição (BRASIL, 1988) e a LDB (BRASIL, 1996) também foram influenciadas por esta visão.

No artigo de número 65 da LDB (BRASIL, 1996), “A formação docente, exceto para educação superior, incluirá prática de ensino, de no mínimo, trezentas horas”. Na seção VI, onde é discutida a formação dos profissionais da educação, no seu artigo 61, inciso I, a teoria e prática são tratadas, a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço.

A formação do professor supõe uma junção criativa de teoria e prática. Como já se disse “os formadores são formados”. Enquanto indivíduo, o professor é um ser particular. Enquanto pessoa, é um ser de relação da vida cotidiana. Neste acontecer histórico, o docente tece as alternativas da cotidianidade e vai acumulando uma vivência que o marca, profundamente, como sujeito social. É precisamente a trajetória do ser relacional que recomenda uma formação contextualizada pela prática do ensino, como espaço de ressonância das tematizações e das argumentações (CARNEIRO, 2004, p. 172).

A aproximação entre teoria e prática a partir de recomendações, não surtirá efeito se os educadores não romperem o funcionamento anterior, e para que mais seja feito, os membros do CNE (BRASIL, 2001) sugeriram que os cursos de formação motivem os futuros docentes na análise e percepção dos temas relevantes em educação.

[...] orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento cultural; desenvolver práticas investigativas; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (BRASIL, 2001, p. 4).

Triviños (2003), referindo-se a este tema, argumenta sobre a necessária relação da realidade escolar, relacionada à própria prática, e que o processo de ensino aconteça com base na metodologia da pesquisa-ação. Um educador que faz pesquisa será capaz de resolver, por intermédio da pesquisa, todos os problemas de seu dia a dia escolar. Com efeito, investigando a sua realidade escolar, como problema específico da sala de aula, ou da comunidade escolar, o professor tornar-se-á apto a corrigir sua prática educacional.

Desejamos assim um professor que ensine pesquisando até onde seja possível, e que também seja capaz [...] de pesquisar a realidade da educação com todos os seus problemas e aspectos positivos, ou seja, que seja um pesquisador como qualquer outro pesquisador que tem as possibilidades de estudar o campo onde desenvolve a sua vida profissional. (TRIVIÑOS, 2003, p. 56).

Nesta linha de pensamento, vemos como a Educação Patrimonial pode ser desenvolvida de maneira positiva, na pedagogia de várias áreas de conhecimento:

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 3).

Portanto, dentro do entendimento da Educação Patrimonial, entendemos que o prédio da FEE, por suas qualidades arquitetônicas e históricas, representa uma grade conquistada no resgate da memória da cidade de Porto Alegre. Está situado em um lugar de grande efervescência política e cultural de uma época. O local abrigava as residências da burguesia do período, e ainda abriga, o palácio do Governo e a Catedral Metropolitana. Dado seu caráter histórico, permite uma leitura da identidade cultural e da memória de uma geração. Neste sentido, a valorização e a preservação do prédio da FEE/RS como patrimônio histórico permite entender as raízes culturais de uma comunidade em todas as suas manifestações.

Considerações finais

A Educação Patrimonial na escola faz parte do currículo como tema transversal, integrando-se ao conteúdo das diversas áreas de conhecimento com o propósito de sensibilizar os alunos para conhecer, valorizar e proteger o patrimônio cultural. A Educação Patrimonial visa ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural,

que tem a ver com formação de cidadania, identidade cultural e memória. Desta forma, a contemplação de ideias e passos que busquem o desenvolvimento do ambiente escolar são bem-vindas sempre.

Podemos inferir que os conceitos acerca do Patrimônio Cultural, e a consequente Educação Patrimonial, além das ações propostas por vários dos autores, estão sendo construídos de forma consistente.

Muitas barreiras e dificuldades e até mesmo a falta de conhecimento por parte do meio educacional, começando pelos professores, resistentes às práticas pedagógicas envolvem a pesquisa-ação. Nesse sentido, esse estudo procura, de certa forma, mudar o olhar dos alunos (com preconceitos severos) ao que é “velho”, e às escolas baseadas nas práticas mais fáceis, pois elas consideram essa visão um risco quanto ao rompimento do sentido de pertencimento de todo um país. Nossas raízes culturais, mesmo diante das armadilhas dos governos, conhecem a importância política e social.

O nosso estudo permitiu um olhar com relação à importância da preservação de qualquer patrimônio histórico, e compreendemos, através da pesquisa realizada, que a nossa história e a identidade cultural coletiva são materializadas através das nossas manifestações. Assim, a perda do patrimônio representa a perda da história e da identidade de uma comunidade.

Portanto, dentro do entendimento da Educação Patrimonial, entendemos que o prédio da FEE, por suas qualidades arquitetônicas e históricas, representa uma grade conquistada no resgate da memória da cidade de Porto Alegre.

Referências

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB 1/99.** Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores na modalidade normal em nível médio. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB.** 1996. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-ldben>>. Acesso em: 24 maio 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.

_____. **O urbanismo.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

GONÇALVES, R. **A retórica da perda: os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

MACHADO, M. B. P. **Educação patrimonial**. Caxias do Sul: Maneco Livro, 2004.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sobre-a-fee/historico-da-sede/>>. Acesso em: 24 maio 2017.

IPHAN. **Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)**. [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/622>>. Acesso em: 24 maio 2017.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio integrado**. 2004. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2017.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e turístico. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

TRIVIÑOS, N. S. **A formação do educador como pesquisador**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

Artigo recebido em 30/05/17. Aceito em 10/07/17.